

Originalmente para: 1º Congresso Internacional em Estudos da Criança - Infâncias Possíveis, Mundos Reais.
Braga: Instituto de Estudos da Criança, 2 a 4 de Fevereiro 2008.

A infância, a leitura e o leitor, em Portugal e no Brasil (1880-1920)

Maria Angélica Alves*

RESUMO

Entre o final do século XIX e o início do século XX, escritores portugueses e brasileiros dispuseram-se a rever criticamente as obras literárias destinadas às crianças, investindo na produção de textos que se adequassem à realidade cultural de seus países e correspondessem aos anseios dos pequenos leitores. Nesse período, grandes transformações políticas e socioculturais favoreceram, em ambos os países, o incremento de mudanças necessárias ao seu desenvolvimento, como a criação de novas escolas e a garantia de acesso das crianças e dos jovens às mesmas. Ana de Castro Osório, Antero de Quental, Eça de Queirós, Gonçalves Crespo, Guerra Junqueiro e Maria Amália Vaz de Carvalho, em Portugal, e, no Brasil, Adelina Lopes Vieira, Julia Lopes de Almeida, Figueiredo Pimentel, Olavo Bilac e Zalina Rolim, dentre outros autores, eram unânimes em afirmar a necessidade de se reestruturar os livros de ficção infantil, constituídos, basicamente, de traduções e adaptações de fábulas e contos clássicos europeus. A crença comum na possibilidade de se modelar o cérebro e a alma das crianças, inculcando nelas o amor pelo bem e o respeito aos valores morais fundamentou o conteúdo e o estilo das obras a elas destinadas. Os autores entendiam que os livros infantis careciam de leveza e agilidade no tratamento dos temas e, desse modo, a simplicidade tornou-se a sua grande meta no que se referia, também, à feição da linguagem. Ser simples, porém, era bastante complexo, pois exigia um exercício de elaborados artifícios de cortes de termos e expressões ou adaptações de trechos inadequados ao que se considerava condizente com as capacidades intelectuais das crianças. Neste estudo, a investigação das estratégias de reestruturação da literatura destinada às crianças e das representações luso-brasileiras dos conceitos de infância, leitura e leitor, entre 1880 e 1920, fundamentou-se, não somente nas obras de ficção publicadas no período, como nas idéias formuladas pelos próprios escritores, em textos-documentos, tais como: correspondência entre autores, e autores e editores; prefácios, prólogos e palavras iniciais de suas obras literárias e resenhas e crônicas, publicadas nos diferentes periódicos em circulação nos dois países. A orientação teórica das reflexões centrou-se nas pesquisas atuais da área de História Cultural, nomeadamente, da História da Infância, da Leitura e do Leitor.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Universidade do Minho

Em 15 de fevereiro de 1883, Antero de Quental, em carta a António Lopes dos Santos Valente, manifestava o desejo de escrever para crianças e jovens, suprindo, desse modo, a lacuna real existente na literatura portuguesa, a “nossa pobre literatura”¹ – afirmava –, carente de recursos no que se referia às obras infanto-juvenis. Três ou quatro livros constituiriam, segundo o escritor, essa “coisa que falta quase inteiramente na nossa literatura”, uma assim idealizada “Biblioteca da Infância e Adolescência”², descrita ao amigo e editor como “uma idéia boa e útil, e que até pecuniariamente deve valer alguma coisa” (MARTINS, 1982:655).

Curiosamente, nesse ajuste amigável de princípios e interesses, formulado na carta, em que uma obra é apresentada e defendida, visando a uma possível publicação, a noção de valor assume uma dupla dimensão. Ora Antero de Quental encara a Literatura Infantil como fonte de recursos, de ordem financeira, ora como carente de recursos, aqui designados produtos literários, decorrendo daí a necessidade de se investir na criação de obras de qualidade.

A visão privilegiada do autor no que se refere aos possíveis ganhos ou lucros advindos do investimento no setor, reafirmada pela preocupação em tornar-se lido, apreciado ou “bem recebido” pelo leitor vem acompanhada de um sincero interesse em contribuir para o suprimento de uma falta ou carência. O escritor, na carta, antecipa-se, desse modo, ao editor, sugerindo estratégias de produção de sua obra, *Tesouro Poético da Infância*, anteriormente encaminhada à editora Bertrand. Com essa atitude, revela um claro conhecimento dos meandros de produção e distribuição de uma obra literária:

“Tinha-me a mim lembrado (e isso ficou combinado com os Bertrands) que se fizessem duas tiragens, uma ordinária e outra em papel mais luxuoso, o que, se a composição comum fosse esmerada, com letras adornadas, etc., daria uma espécie de edição de luxo, para presentes, sem grande aumento de despesa. Entretanto, isto não é uma condição, mas simples indicação, para se aceitar ou não. Agora, quanto às condições, diz-me o Araújo que te falou em 50.000 réis, por uma edição de 500 exemplares, e que te pareceu bem assim. Como também a mim me parece, não tenho mais que dizer neste particular”. (Ibidem)

A comunicação do desejo de ver, enfim, publicado o primeiro livro da série, *Tesouro Poético da Infância*, vem acompanhada, na carta, de uma confissão de aborrecimento pelo fato de estar à espera, há já muito tempo, cerca de dois anos, de uma resposta relativa a sua publicação. A incerteza da resposta levou o escritor a pedir o auxílio ao amigo, na esperança de que, a partir da publicação imediata do livro em outra editora, recuperasse o ânimo e a crença no projeto original, explicitado pelo próprio, em pormenores singulares: os livros da coleção constituir-se-iam de uma série de obras inteiramente independentes, versando sobre diferentes espécies e gêneros literários, voltados para os exemplos morais e os mais conceituados contos de fadas e de encantamentos, assim como uma coleção de contos de Andersen, selecionados em função da boa aceitação por parte das crianças, da escola e da família.³

O *Tesouro Poético da Infância*, a “obrita”, o “tal livrinho”, o “volumezito em questão”, assim mencionado pelo autor, na carta ao amigo António Valente, foi, finalmente editado

em 1883, pela Casa Chardron, do Porto. A seqüência da correspondência anterior relativa à trajetória da publicação da obra, descrita em seus curiosos pormenores, remete-nos a uma reflexão sobre as questões acima alinhavadas.

Em uma carta anterior, datada de outubro de 1880, Antero de Quental dirige-se a Joaquim de Araújo, solicitando que colabore na seleção dos textos do livro. A par de reconhecer a importância das obras literárias infantis, recorre a termos pouco valorativos ao abordar o gênero, como se o fato de se tratar de obra destinada à infância exigisse uma redução do valor, com o uso dos termos referentes à obra em questão, sempre no diminutivo: “Estou tratando duma publicaçãozinha, para uso da infância...” (Idem, 523) ou “Mas tudo isto me é necessário para o livrinho...” (Ibidem)

Ao descrever o livro, acaba por definir o modo de se agradar realmente a crianças, quando ressalta duas questões fundamentais: uma delas refere-se à preocupação com a seleção de assuntos. Exclui, terminantemente, os amorosos, e recomenda os descritivos, religiosos, os romancescos, as canções etc; e a caracterização do estilo, que deve ser, em última análise, bonito e simples. Entretanto, havia, ainda, uma preocupação com o que poderia ser compreendido pelas crianças. Para Antero, a definição desses limites ou limitações acarretaria, naturalmente, o sucesso ou não da obra. Não é por outra razão que, em carta posterior a Araújo, o escritor agradece a colaboração do amigo no envio dos versos, mas recusa aqueles que tratam de “tristes e funéreos assuntos”, justificando-se:

“Num livrinho para a infância, que é como quem diz para a alegria descuidosa, convém fugir daquele tom; de sorte que não sei se os incluirei a todos, receosos de espalhar goivos de mais, onde só se querem rosas”. (Ibidem)

Se alguns temas parecem bem ajustados ao fim a que se destinam, qual seja, o de produzir-se uma obra literária para um público específico, que sempre exigirá cuidados e atenções especiais, outros temas serão bem-vindos, porque correspondem a um ideal de suavidade, alegria, religiosidade, beleza, naturalidade e simplicidade. Com base nessa premissa, Antero sugere ao amigo que escolha e envie textos de sua autoria, alguma coisa “menos elegiaca”, e mais “loira e piedosa” (Ibidem), algo próximo ao que o escritor lhe pede em carta posterior, datada de 28 de outubro de 1880: “Não lhe esqueçam as poesias *cor-de-rosa* para o meu livrinho infantil.” (Idem:528)

Entre os anos 1877 e 1882, Eça de Queirós publicava suas cartas da Inglaterra. Em uma dessas crônicas, Eça apresenta uma reflexão sobre a literatura portuguesa para crianças e, para exemplificar seus comentários, recorre a obras produzidas nos demais países europeus, nomeadamente, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca e Suécia. Conclui que, em Portugal, no máximo, se encontrava a literatura de enfeite, constituída de livros de luxo, feitos para ornamentar a sala ou “complementar a mobília”, continuando, decerto a carecer de livros para “educar o espírito” das crianças e dos jovens, e, desta forma, elevar o nível intelectual do povo.⁴

As crianças portuguesas eram vistas pelo escritor como “infelizes” que, apesar de serem “vivos, inteligentes e imaginativos”⁵, precisavam submeter-se à insensibilidade dos pais e professores que a elas impingiam a leitura desprovida de todo interesse. Conquanto

houvesse um movimento no sentido de se compreender as crianças como seres pensantes, que merecessem conhecer as boas e inteligentes idéias, ainda assim, eram vistas, também pelo escritor, como possuidores de um espírito onde se poderia depositar lições morais fecundas.

Por assim acreditar que o espírito infantil poderia ser conduzido para onde se quisesse, Eça louvava as boas intenções da formidável literatura europeia para a infância, capaz de ensinar, por meio da ficção, que “na vida o êxito pertence àqueles que têm energia, disciplina, sangue-frio e bondade.” (QUEIRÓS, 2000: 52)

O escritor só concebia a utilização do maravilhoso ou sobrenatural quando pudesse gerar o ensinamento de profundas e autênticas “lições morais” (Idem, 52). Sua concepção de literatura para a infância rompe, assim, com o modelo previsto nos contos clássicos traduzidos até então. Em síntese, Eça propõe aceitar como iniciativa conveniente partir da própria realidade da criança, de seu cotidiano de brinquedos e brincadeiras, criando, a partir deles, um universo fictício, para daí extrair uma lição moral. Um conto como o do Soldadinho de Chumbo, considerado pelo ensaísta “literatura profunda” (Ibidem), levaria o espírito da criança, pela comoção, ao “justo horror da guerra” (Ibidem), por exemplo. Fundamentando-se nos modelos de livros ingleses, e seguindo um critério de classificação por faixas etárias, sugere, ainda, para os leitores de doze a quinze anos, a literatura de ficção calcada em objetos e situações do cotidiano da criança ou pertencentes à vida social do jovem. (Idem, 53)

De igual modo, o escritor Olavo Bilac, ao refletir sobre a literatura brasileira destinada à infância, considera banais e fúteis os temas utilizados nas obras nacionais desse período. Para fugir ao artificialismo dos episódios centrados no maravilhoso, o autor faz questão de esclarecer o conteúdo de seus textos, afirmando a crença na necessidade de se utilizar fatos da realidade experimentada pelo leitor:

“...É um livro em que não há os animais que falam, nem as fadas que protegem ou perseguem crianças, nem as feiticeiras que entram pelos buracos das fechaduras; há aqui descrições da natureza, cenas de família, hinos ao trabalho, à fé, ao dever; alusões ligeiras à história da pátria, pequenos contos em que a bondade é louvada e premiada”. (BILAC, 1946:10)

Em 1903, o crítico e historiador literário José Verissimo analisa a situação de carência de leitores no Brasil, ressaltando, para tanto, a inexistência de material de leitura de qualidade especificamente destinado às crianças e aos jovens:

“Na lingua portugueza então, nunca houve, e não há ainda, litteratura infantil, e quando hoje queremos dar aos nossos filhos um livro a ler, para instrui-los, educa-los, e desenvolver nelles o gosto da leitura, temos de lh’o dar em lingua estrangeira, si elle já lê alguma, ou uma traducção, e quasi todas são pessimas, de livros estrangeiros, por via de regra francezes”. (VERISSIMO, 1903)

As idéias contidas nos exemplares destacados da farta correspondência anterioriana, as reflexões queirosianas e idéias de educadores, editores ou escritores, como Olavo

Bilac e José Veríssimo, sobre a literatura destinada à infância, só elas já nos permitiriam levantar algumas questões essenciais ao investigarmos a literatura infantil portuguesa e, também, a brasileira, no momento mesmo de formação de um público leitor específico a ela destinado, no final do século XIX e início do XX.

Que assuntos abordar para atrair o leitor em formação, nas sociedades portuguesa e brasileira, em franca transformação? Como caracterizar uma obra literária que pudesse interessar realmente às crianças, como acreditavam Eça de Queirós, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gonçalves Crespo, Maria Amália Vaz de Carvalho, Ana de Castro Osório, ou, no Brasil, Olavo Bilac, Figueiredo Pimentel, Julia Lopes de Almeida, Zalina Rolim e outros importantes escritores e editores? Seria possível pensar, como almejava Antero de Quental, em uma obra que satisfizesse igualmente às crianças, à escola e à família? E, finalmente, teriam esses autores a noção real do valor que sua obra pioneira representava na evolução da história literária de seus países?

A HISTÓRIA DA LITERATURA PARA A INFÂNCIA EM PORTUGAL E NO BRASIL

O diretor da revista *Ave-Azul*, Carlos de Lemos, ao avaliar, em 1900, na seção “Bibliographia Infantil”, a situação específica da literatura para a infância, em Portugal, reconhece que, embora ainda se apresentasse de uma forma pobre em todos os países – mais ainda em Portugal –, já havia, comparativamente a seu tempo de menino, boas opções de livros, revistas e jornais. Lemos identifica, nos três livros apresentados, as características primordiais para uma boa obra para a infância: são livros ótimos, lindos, distraem e ensinam o leitor, além de serem escritos numa linguagem simples, correta e clara e trazerem histórias interessantes que servem de salutares lições de moral para crianças e adultos, filhos e pais.

Para um dos livros apresentados, *Contos para a Infância*, de Guerra Junqueiro, Lemos ressalta a escolha acertada dos poemas como atributo decisivo para a afirmação da qualidade da obra, mas não só, também as perfeitas adaptações, com cortes de alguns episódios e outros excessos:

“...não só escolheu e soube escolher, mas ainda, depois de feita boa escolha, onde foi preciso, retocou, compoz, aperfeiçoou. Assim, este recolhimento de lindas coisas dos outros, tornou-se com razão quase em toda a linha, uma obra toda sua”. (LEMOS, 1900, 96)

Mais adiante, ao comentar o volume de *Alma Infantil*, de Ana de Castro Osório, destaca a beleza de seus contos morais e a singeleza de seu estilo. Nele, está “ensinado, sugerido, inoculado, no espírito e no coração dos pequeninos leitores” (Idem, 98), o amor ao país, à justiça e à caridade, assim como o valor da instrução, das virtudes da modéstia, da obediência e da bondade.

No Brasil, Perpetua do Vale, em *Impressões de Leitura*, seção do periódico *A Mensageira*, comenta o *Livro das Crianças*, da escritora brasileira Zalina Rolim, publicado em 1898, destacando os elementos que o tornam um livro “querido” e “simpático”: suas poesias trazem uma gravura explicativa, despertando, imediatamente, o interesse dos

leitores e, desta forma, torna-se um livro bonito; agrada aos adultos, tanto quanto às crianças; é agradável e atraente; é escrito com simplicidade e graça insinuante; apresenta seus assuntos com delicadeza e, ainda, demonstra uma preocupação com a correção da linguagem. Para a crítica, o livro é útil, pois contém “uma grande somma de conselhos e verdades.” (VALE, 1898: n.9)

Como se pode observar, nos comentários dos diretores e editores de periódicos, em suas resenhas literárias, publicadas ao final do século XIX, as características da obra literária ideal produzida para crianças são comuns nos dois países. O destaque para a apresentação da obra, ou seja, o cuidado com a estética -o livro lindo, bonito, atraente -surge em ambas as apreciações, complementadas, naturalmente, por observações relativas ao conteúdo dos livros, e ao tratamento dos temas e da linguagem. Para Carlos de Lemos e Perpétua do Vale, uma boa obra de literatura infantil necessita ser simples, insinuante, correta e útil e é dessa literatura rica que Portugal e Brasil carecem, nessa virada de século.

No fascículo 6, de 5/02/1897, na seção “Palestras Litterarias”, de *Novos e Velhos* -Revista Quinzenal ilustrada de Literatura e Arte -, publicada sob a direção de Alberto de Madureira, lia-se a respeito da literatura em Portugal:

“Ninguém ignora que em Portugal a literatura não vive, arrasta-se. Contribue para isso a enorme porcentagem de 85 p.c. de analfabetos e a aclimação do paladar do público á leitura dos romances francezes. Sabe-se bem que fazer um livro nada significa para a vida financeira de um escriptor...” (MADUREIRA, 1897: n.6)

Já em 1890, no volume III da Revista de Portugal, o professor, escritor e político J. Simões Dias, com base em seus “Mapas estatísticos sobre o desenvolvimento do ensino primario oficial e particular em Portugal”, referentes ao ano letivo de 1888-1889, publicados em fins de dezembro de 1890, comenta a precária situação do ensino no país:

“...existem effectivamente escólas em 2.618 freguezias, mas faltam absolutamente em 1:351; o que significa que não só é medíocre o numero de escólas, mas que, sobre ser insignificante, está mal distribuíido(...) A instrucção primaria em Portugal ainda não penetrou além de dois terços das freguezias, facto este que produz pena e assombro n’um paiz de tão exiguas dimensões, como é o nosso...” (DIAS, 1890:338)

Esther de Lemos assinala que o interesse pela leitura para crianças, no final do século XIX, começou a surgir com as mudanças histórico-culturais que ocorriam no país:

“Novos estímulos culturais vieram dar incremento ao processo. Por um lado, o intensificar da propaganda republicana e as reacções de defesa do regime monárquico provocaram um renovo de atenção pelos problemas da infância, que andavam no ar (...); por outro lado, a revolução pedagógica iniciada lá fora com Pestalozzi e Froebel ia dando os seus frutos...” (LEMOS, 1972: 18)

Em seu estudo sobre a Literatura Infantil em Portugal, a ensaísta comenta que, os livros publicados no país, até meados do século XIX, longe de serem classificados

como literatura Infantil, configuravam-se, isto sim, como literatura de cunho didático, com explícito objetivo de “formação da consciência e do carácter (...) instrução cívica e patriótica, de formação moral e religiosa e assim por diante” (LEMOS, 1972: 7).

O mercado editorial português, claramente marcado pelas traduções de contos clássicos europeus, passa a se dedicar, ao final do século XIX, à publicação de contos tradicionais. Surgem, nessa época, em Portugal, segundo Natércia Rocha, as coleções – Biblioteca da Educação e Ensino, Biblioteca Ilustrada de Educação e Ensino, Biblioteca Rosa Ilustrada.

Maria Amália e Gonçalves Crespo, em *Contos para os Nossos Filhos*, traduzem os contos dos Irmãos Grimm e Andersen. As recolhas de contos continuariam a ser feitas, com êxito, por Ana de Castro Osório, já no século seguinte. Na Coleção Biblioteca de Educação Popular, são incluídas as obras de Adolfo Coelho, *Contos Tradicionais para as Crianças e Jogos e Rimas Infantis*. João de Deus, um marco na história da Literatura Portuguesa, aproxima a poesia da criança, investindo no desenvolvimento do gosto e da sensibilidade dos pequenos leitores.⁶

Ana de Castro Osório e Virgínia de Castro e Almeida, desenvolveram, a partir da última década do século XIX, uma longa atividade de produção editorial para crianças, concentrando seus trabalhos, basicamente, em traduções, adaptações e originais. Preocuparam-se em tornar as obras literárias acessíveis para as crianças sem se descuidarem da linguagem e do estilo. (ROCHA, 1984:55)

Natércia Rocha destaca, ainda, que Ana de Castro Osório, com a Coleção *Para os Nossos Filhos*, dedicou-se a apresentar os contos portugueses e estrangeiros para as crianças portuguesas e brasileiras, demonstrando, com o seu esforço, a existência de um mercado promissor nesses países (Idem, 56).

As duas autoras, conforme assinala Rui Veloso, revelando-se já ao final do século XIX, destacam-se na Literatura Infantil do início do século XX. Ana de Castro Osório, como ressalta o crítico, com a Coleção *Para os nossos Filhos*, iniciada em 1897, demonstra “a preocupação pela defesa de uma literatura de qualidade” (VELOSO, 1994: 49) e Virgínia de Castro e Almeida, com sua extensa produção, iniciada antes de 1900 e mantida até os anos 30 do século XX, proporciona um “significativo avanço no panorama literário para crianças” (VELOSO, 49). Para o ensaísta, a coleção *Biblioteca para meus Filhos* oferece “literatura de qualidade, sem o tradicional espartilho moralista.” (Ibidem)

Enquanto a produção de livros para a infância em Portugal se ampliava, alguns jornais infantis também surgiam, ao final do século XIX, confirmando a tendência de crescimento do mercado consumidor⁷, iniciado em 1874, com a publicação do primeiro jornal infantil *Ramalhetinho de Puerícia*. Segundo Natércia Rocha, nas primeiras décadas do século XX, surgem títulos importantes de páginas, suplementos e jornais independentes.

“Entre 1910 e 1911 surgem quatro jornais para crianças e é após esta última data que se firmam os grandes nomes, tanto de páginas e suplementos como de jornais independentes: ABCzinho”, “Notícias Miudinho”, “Pim-pam-pum”, “Correio dos Pequenininhos” e mais tarde “o sr Doutor”, “O Papagaio”, “O Mosquito”, “o Cavaleiro Andante” e outros.(...) Não devem ser esquecidos, neste início de século, “O gafanhoto”, dirigido por Henrique Lopes de Mendonça e Tomaz Bordallo Pinheiro,

com cuidada apresentação, “o Jornal dos Pequeninos”, dirigido por Ana de Castro Osório e em 1911 “Revista Infantil”, sob a direcção do seu proprietário J. Fontana da Silveira”. (ROCHA, 1984: 60)

No Brasil, até as últimas décadas do século XIX, os livros em circulação, inclusive aqueles destinados ao ensino, constituíam-se, basicamente, de traduções e de adaptações de histórias europeias, geralmente editadas em Portugal. Somente a partir da Proclamação da República, em 1889, pode-se afirmar que a produção literária destinada a crianças e jovens adquiriu maior regularidade e consistência.

Monteiro Lobato, reconhecendo a situação de dependência da literatura infanto-juvenil brasileira aos padrões lusitanos, inadequados às necessidades dos jovens leitores, afirma que, no país, no início do século XX, proliferavam, as “traduções galegas” (Lobato, 1959: 276) dos contos infantis europeus, escritos, com excesso de literatura, e, portanto, pouca ou nenhuma autenticidade, tanto no que se referia ao tratamento da língua, quanto aos temas utilizados. Lobato se debatia contra essa literatura insossa e desgastada, lamentando a sorte das “pobres crianças brasileiras” (Ibidem).

Lajolo e Zilberman destacam a importância da atuação pioneira de Carlos Jansen, a partir dos últimos anos do século XIX, ao produzir traduções nacionais que passavam a coexistir com as edições portuguesas, em meio à circulação precária e irregular da literatura infantil no Brasil. Ao tratarem, especificamente, do aspecto da nacionalização na literatura infantil, à época, as ensaístas também comentam a “distância lingüística dos textos disponíveis e a dos leitores” (Lajolo e Zilberman, 1987: 31) e ressaltam, entre as iniciativas de programas de nacionalização do acervo literário europeu para crianças, não somente o projeto editorial, iniciado em 1894 e liderado por Figueiredo Pimentel, a *Coleção Biblioteca Infantil Quaresma*, como, também, a *Biblioteca Infantil* coordenada pela Editora Melhoramentos, em 1915, dirigida pelo educador Arnaldo de Oliveira Barreto.

O final do século XIX e o início do XX representaram, portanto, o momento propício ao desenvolvimento de uma literatura infantil brasileira. O processo acelerado de urbanização no país possibilitou, nesse período, a formação de um mercado consumidor de produtos industrializados, destacando-se, entre eles, o livro. A indústria editorial começou a se ampliar. Surgiram, no país, várias publicações, como: jornais, almanaques, revistas femininas, romances, material escolar e livros para crianças e jovens.

Para se obter o reconhecimento dos leitores infantis, atraindo-os para as suas publicações em livros ou periódicos, os autores e editores, no início do século XX, no Brasil e em Portugal, arriscaram-se a crer que alguns elementos básicos eram indispensáveis e, assim, investiram, sistematicamente, no apelo à novidade e à curiosidade, assim como no humor, na simplicidade, no respeito pelo pensamento e pelo desenvolvimento do espírito infantil e, ainda, no amor pelo belo ou por tudo o que parecesse ser moralmente aceitável.

A INFÂNCIA, A LEITURA E O LEITOR

Olavo Bilac, na conferência intitulada “Sobre as Crianças”, discorre sobre os preconceitos que giram em torno da compreensão da infância e das manifestações do espírito infantil. Para o escritor brasileiro, todas as crianças são frágeis, inocentes, puras e despreparadas moralmente, tornando-se por isso dignas de piedade. “Uma criança é como o cristal e a cera”, afirma. A metáfora refere-se a sua fragilidade emocional - “qualquer choque, por mais brando, a abala e comove e faz vibrar de molécula em molécula, de átomo em átomo.” (BILAC, 1996: 1032) -, e à capacidade de se tornarem, constantemente, impressionáveis para o bem e para o mal, sem ao menos saberem explicar o que sentem ou sofrem: “qualquer impressão, boa ou má, nela se grava de modo profundo e indelével.” (Ibidem).

Ao contestar as concepções errôneas praticadas pelos educadores infantis e reafirmar o valor da educação infantil bem orientada, fundada numa mentalidade livre de tiranias, com base na compreensão, na simpatia pelas crianças e no amor, Bilac descreve os princípios básicos que norteiam a sua concepção de educação moral. Define a criança como um ser incompleto e imperfeito, que pode e deve ter seus instintos convertidos em virtudes. A educação bem orientada, segundo o poeta, deveria, portanto, levar em consideração que a criança é capaz de pensar, imaginar e agir com autonomia: “Não lhe sugerimos as idéias: nós lhas impomos. É este o mal.” (Idem, 1037)

Para Guerra Junqueiro, a alma da criança, “como uma gota de leite com um raio de luz” é basicamente “intuitiva”. O escritor atribuía à infância a imagem de uma “alma intacta e delicada”, uma “argila pura e mimosa” (JUNQUEIRO, 1987 :7).

Os conselhos dirigidos por João de Deus às crianças, seus leitores, na Cartilha Maternal, revelam as tendências morais reconhecidas à época e expressam a sua concepção específica de infância, observada na descrição do papel que os filhos, “dóceis e inocentes”, deveriam exercitar, em família, em busca do amor pelo bem e do respeito pela justiça e a decência, para, na sociedade, virem a cumprir, sem vícios e maldades, o seu papel de bons cidadãos.⁸

Constata-se, assim, entre os autores brasileiros e portugueses do período mencionado, através da idéias contidas nos diferentes textos – documentos que nos legaram, juntamente com suas obras infantis, -cartas, prefácios e palavras iniciais – uma crença comum a respeito da finalidade da literatura infantil, seja ela veiculada em família ou na escola. Da mesma forma, partilham de semelhante concepção de infância, guardando uma ou outra distinção.

DIFÍCIL MESMO É SER SIMPLES

“Nada mais difícil em todas as artes do que o simples” (MARTINS, 1889:523) afirmava Antero de Quental, em carta a Joaquim de Araújo, ao referir-se ao seu ideal de proporcionar, com o seu livro infantil, uma leitura simples sem ser fútil, de tal modo que os leitores compreendam e agradem-se com os assuntos e o estilo.

Na Advertência, em *Tesouro Poético da Infância*, o escritor distingue elementos preciosos para a realização de um bom livro para crianças: o seu tom deve ser “simples e elevado, gracioso e fino”, próprio para satisfazer as tendências poéticas das crianças e a sua necessidade de um ideal, além de simplicidade pueril dos assuntos e estilo tênue, respeitando, dessa forma, a capacidade infantil de sentir intuitivamente :

“O grandioso e sublime não é certamente para as crianças; mas há certa simplicidade que elas sentem intuitivamente, embora não cheguem a compreender. O sublime religioso – não dos dogmas, mas do sentimento – quando é forte e simples, como na Bíblia, é capaz de produzir naquelas imaginações tenras, mas nada prosaicas, antes naturalmente idealistas, uma impressão profunda e salutar”. (QUENTAL, 2003: 16)

Ao justificar a escolha de uma ode de Alexandre Herculano para integrar a coletânea, reitera o “sentir intuitivo” próprio das crianças: “Pelos conceitos e pelo estilo, excede em muito a inteligência da criança: mas o sentimento simples, forte e primitivo vai-lhe direto ao coração.” (Ibidem).

A imagem de literatura como alimento para o desenvolvimento do espírito infantil é reiterada pelo escritor, na Advertência, em *Tesouro Poético da Infância*. A obra, dessa forma, deve ser não só bela, mas útil, apresentando, para isso, um caráter essencialmente, educativo. Este representa seu maior valor, a finalidade maior a que se destina: “... desenvolver no espírito das crianças certas tendências morais, de que, no meu entender, depende essencialmente a harmonia do carácter e, em geral, o bom equilíbrio das faculdades.” (Idem, 13)

Também Guerra Junqueiro, em *Contos para a Infância*, reitera a dificuldade de ser simples quando se escreve livros: “Livros simples! Nada mais complexo. Não são os eruditos gelados que os escrevem; são as almas intuitivas que os adivinham.” (JUNQUEIRO, 1987). Para essas almas, em seu livro, optou pelos temas “mais graciosos e mais humanos” (Ibidem), acreditando, dessa forma, aproximar-se mais da alma delicada, pura, fecunda e simples de seus leitores.

Figueiredo Pimentel, na Mensagem dirigida ao Leitor, em *Álbum das Crianças*, descreve os motivos que dificultam a tarefa do escritor de literatura infantil. Seu desejo de abandonar os moldes clássicos, sem desprestigiar as produções dos autores consagrados, confirma o interesse maior de agradar a infância. Pimentel quer evitar o enfado do leitor, provocado pelo “tom circunspecto” típico das antigas seletas que serviam de livros de leitura nas escolas e a sua dificuldade de compreensão de temas mais complexos, próprios para serem lidos por adultos:

Na presente obra enfeixamos poesias modernas de notáveis poetas, escolhendo aquelas que não só divertissem as crianças como também lhes incutissem bons e generosos sentimentos, fazendo vibrar nelas o amor dos pais, da família, do lar e da pátria; a simpatia pelos velhos; a compaixão pelos desgraçados; a piedade pelos animais – tôdas as virtudes de um coração bem formado. (PIMENTEL, 1958: p.5)

A tarefa de sedução do leitor esbarrava na crença de que as limitações dos cérebros infantis impediam a compreensão de certos textos de “fundo alta e transcendentalmente

filosófico” (Ibidem). Uma estratégia utilizada por Pimentel para atrair o leitor para a sua obra consistiu, portanto, na eliminação de “minúcias e descrições desnecessárias” (Ibidem).

Olavo Bilac acreditava que, para atingir os leitores infantis, era preciso criar um novo estilo, abandonando os vícios de uma feição já adquirida, “suas complicadas construções de frase, e o seu arsenal de vocábulos peregrinos” (BILAC, 1946: 9) . Enfim, ser simples também parecia ao escritor bem mais complicado. Seu maior receio consistia em não encontrar a forma simples, porém inteligente, recaindo, desse modo, na banalidade.

Sua preocupação excessiva com a forma ou com o apuro do estilo, transparece na crítica que faz àqueles autores de livros de leitura escolares que não se importam com a necessidade de se “educar o ouvido da criança e dar-lhe o amor da harmonia e da cadência” (Ibidem), escrevendo versos errados, “que apenas são versos porque rimam, e rimam quasi sempre erradamente” (Ibidem).

No prólogo de *Contos Infantis em Verso e Prosa*, as brasileiras Julia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira, afirmam o desejo de evitar, tanto no plano da seleção e da narração dos episódios quanto no da estruturação da linguagem, os artificialismos próprios do gênero. Para elas, “quanto mais aproximado fôr da verdade o assumpto, mais interesse desperta em quem o lê.” (ALMEIDA & VIEIRA, 1891: 5). Para imprimir maior naturalidade aos textos, recorrem a determinados recursos denominados de “tactica subtil”, com o intuito exclusivo de propiciar “maior aprazimento” às crianças, despertando o seu gosto para a leitura.

A busca de naturalidade e de simplicidade transparece na intenção de “dar á forma e ao estylo simplicidade e correcção, naturalidade e sentimento” (Idem: 6). Para as autoras, falar às crianças não consiste numa tarefa fácil, pois exige que se saiba atingir, com sutileza, a sua imaginação e o seu coração. Consideram necessário, portanto, abordar, de forma singela, temas que “alimentam o espírito das crianças” (Ibidem), contribuindo, dessa forma, para estimular o interesse do leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de reconhecer, ironicamente, a possibilidade de grandes lucros junto ao governo imperial com a publicação de livros infantis, e utilizar esse argumento para estimular a ação desejada, qual seja a da produção em massa de obras de qualidade, Eça de Queirós confessa, em “Literatura de Natal”, que sua recompensa maior consistiria em satisfazer as crianças portuguesas, oferecendo-lhes a “literatura rica e útil que Portugal não importa” (QUEIRÓS, 2000: 53) constituída de bons livros, livros alegres, bonitos, também profundos, providos de lições morais, mas escritos em linguagem simples, clara e pura, que por alguns momentos a fizessem feliz.

Também Maria Amália Vaz de Carvalho e Gonçalves Crespo, em suas palavras iniciais a *Contos para os nossos Filhos*, referem-se à lacuna existente em Portugal: os livros que divirtam as crianças: “São *Contos para os nossos filhos*, contos para deleitarem a imaginação das crianças, contos que elas entendam, que as interessem, que as façam rir e que as façam chorar.” (CARVALHO & CRESPO, 1911 : 6)

O valor de sua obra estaria “no aplauso sincero das mães e no simpático acolhimento dos nossos pequeninos leitores.” (Ibidem) Os autores, que diziam contar com esse “incentivo” proveniente das famílias para realizarem outras publicações similares, acabaram tendo seu livro aprovado pelo Conselho de Instrução Pública, para ser utilizado nas escolas primárias portuguesas. Surgido em 1886, *Contos para os nossos filhos* obteve enorme êxito de vendagem, sendo considerada uma obra de alto valor educativo, lida e apreciada por várias gerações.

Constata-se, efetivamente, entre esses autores, em ambos os países, uma aspiração sincera de escrever histórias ajustadas à língua e aos temas nacionais, com as quais as crianças se identificassem e se interessassem por ler. Evitando os artificialismos fúteis e sem fugir à correção da forma, experimentaram, com sutileza e singeleza, “ensinar” às crianças os fatos da vida, através de suas histórias exemplares. Embora reconhecessem a dificuldade de se atingir a imaginação e o coração de seus jovens leitores, afirmaram disposição para a realização da tarefa, especialmente por constatarem a necessidade de se combater a inconsistência da produção literária existente à época.

Nas conferências, nos artigos, nos Prefácios ou Mensagens aos Leitores, os autores das obras literárias infantis explicitaram o desejo de atingir, realmente, os verdadeiros anseios das crianças, descrevendo suas intenções de revisões do tratamento das temáticas e os artifícios de linguagem e estilo empregados, a fim de tornar a leitura agradável, acessível e útil. Seus projetos pioneiros de reestruturação dos padrões estabelecidos para os livros infantis contribuíram, inegavelmente, para a afirmação do gênero, no Brasil e em Portugal.

NOTAS FINAIS

¹ MARTINS (1982) p.655, carta 401. Na carta a António Lopes dos Santos Valente, Antero de Quental revela a sua dificuldade em reunir, pela falta de bons “recursos da nossa pobre literatura”, versos do cancionero popular ou dos poemas escritos no século XIX, em sua “Lira infantil”, intitulada Tesouro Poético da Infância, obra que, em função de seu tamanho, foi classificada pelo escritor como o “volumezito em questão” e, mais adiante, “um volume pequeno de 240 a 280 páginas”.

² Ibidem. “...aquele livrinho era, no meu pensamento, o primeiro duma série, que compreenderia mais dois ou três, constituindo tudo uma “Biblioteca da Infância e da Juventude”, coisa que falta quase inteiramente na nossa literatura...”. Mais adiante, Quental acaba por reconhecer que o Tesouro Poético da Juventude foi o único da série a ser publicado e que, apesar de não ser uma obra consistente por falta de bons textos, “creio que vale alguma coisa, e sobretudo que é o melhor que se podia fazer...”

³ Ibidem: A respeito da configuração das obras idealizadas para uma possível “Biblioteca da Infância e da Juventude”, Antero comenta que a publicação e a aceitação do 1o volume poderiam lhe restituir o gosto pelo projeto e, em seguida, descreve o conteúdo escolhido para os demais volumes, caracterizando o desejo de corresponder aos anseios dos leitores: “... é possível, porém, que se o vir impresso, e bem recebido, me volte o gosto que perdi, e conclua a série projectada, que deve compreender um volume de Contos de Fadas, Encantamentos, etc., colhidos no que haja de melhor do Folclore nacional e estrangeiro; outro volume, de rasgos morais e tocantes, espécie de “Tesouro de Exemplos” ou de “Moral em acção”, mas que pela escolha dos casos e pelo

estilo, possa realmente agradar a crianças; e finalmente uma colecção dos Contos Escolhidos de Andersen. Tudo isso podia ser bem recebido pelas famílias e porventura pelas escolas.”

⁴ QUEIRÓS, E. (2000), p.53: “A França possui também uma literatura infantil tão rica e útil como a Inglaterra; mas essa Portugal não a importa: livros para completar a mobília, sim; para educar o espírito, não.

⁵ Ibidem: “... e estou certo que se existisse uma literatura infantil como a da Suécia ou da Holanda, para citar só países tão pequenos como o nosso, erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual.

⁶ A respeito da obra do poeta João de Deus, ressaltou Natércia Rocha (1984):53; “Foi talvez a poesia de João de Deus a que mais prontamente tocou as crianças; a fluidez do estilo, o pictórico da imagética e a simplicidade dos temas aproximavam do poeta os simples e os jovens.”

⁷ Alguns títulos ilustram a variedade das publicações de periódicos infantis portugueses, nas últimas décadas do século XIX: *O Amigo da Infância* (Lisboa, 1873); *O Amigo da Verdade e da Infância* (Lisboa, 1874); *Bibliotheca do Povo e das escolas: propaganda de instrução para portugueses e brasileiros* (Lisboa, 1881); *A Ciência Infantil* (Porto, 1886); *Correio das Escolas: revista de Ensino Primário* (Lisboa, 1897); *As Crenças; jornal de educação dedicado às mães, com a protecção de Sua Magestade a Rainha* (Lisboa, 1884); *Echos da infância: folha quinzenal, litteraria, noticiosa e charadistica* (Soure, 1885); *A Ilustração da Infancia: jornal de instrução e recreio* (Lisboa, 1877).

⁸ Os conselhos giram em torno da crença na família como base de formação para o bom cidadão e podem, neste exemplo, ser sintetizados: DEUS, João de. (2002): 136. “ Verdadeiro amor, verdadeira união, satisfação verdadeira, só ao pé de virtuosos pais, ao lado duma esposa extremosa, no meio de filhos dóceis e inocentes, em companhia de amigos que o sangue e a afeição tornaram nossos irmãos.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ▶ ARIÈS, Philippe. (1988) *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- ▶ BILAC, Olavo. (1996) *Obra Reunida*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- ▶ BILAC, Olavo. (1946) *Poesias Infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ▶ CANDEIAS, António. (coord.) (2004) *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. CARVALHO, Maria Amália Vaz de. (1887) *Mulheres e Crenças. Notas sobre Educação*. Porto: Empresa Litteraria e Typographica.
- ▶ CANDEIAS, António & CRESPO, Gonçalves. (1911) *Contos para os nossos filhos*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 12 ed.
- ▶ DEUS, João de. (2002) *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*. Lisboa: Bertrand.
- ▶ DIAS, Simões J. “A Instrução Primaria em Portugal”. In: QUEIRÓS, Eça (dir.) *Revista de Portugal*. Porto: Lugan & Genelioux, 1890, v.III, 331-345.

- ▶ DOMINGOS, Manuela D. (coord.) (2002) *Estudos sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal*. 1995-2000 Lisboa: Ministério da Cultura.
- ▶ HOMEM, Amadeu Carvalho. "Uma Interpretação do significado da Primeira República Portuguesa". In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) (2003) *Portugal-Brasil – uma visão interdisciplinar do século XX*. Coimbra: Quarteto Editora: 81-89.
- ▶ JUNQUEIRO, Guerra. (1987) *Contos para a Infância*. Porto: Justiça e Paz.
- ▶ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. (1996) *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática.
- ▶ LAJOLO, Marisa. (1987) *Literatura Infantil Brasileira. História & Histórias*. São Paulo: Ática.
- ▶ LEMOS, Carlos de. (1899). "Bibliographia Infantil – Primeiras Leituras" *Ave-Azul. Revista de Arte e Crítica*. Vizeu: série 1ª., fascículos 1 e 2, série 2, 25/2/1900.
- ▶ LEMOS, Esther de. (1972) *A Literatura Infantil em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- ▶ LOBATO, Monteiro. (1959) *A Barca de Gleyre. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*: 276.
- ▶ MADUREIRA, Alberto de. (dir.) *Novos & Velhos. Revista Quinzenal Ilustrada de Literatura e Arte*, 5/02/1897, 6.
- ▶ MARTINS, Ana Maria Almeida Martins. (Org.) (1989) *Antero de Quental. Cartas I (1852-1881) e II (1881-1891)*. Açores: Universidade dos Açores/ Editorial Comunicação.
- ▶ NUNES, Henrique Barreto. (2000) *O Interesse pelo Livro em Portugal*. Braga: Biblioteca Pública de Braga PIMENTEL, Figueiredo. *Álbum das Crianças*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1958.
- ▶ PIMENTEL, Figueiredo. (1958) *Livro para Crianças*. Rio de Janeiro, Livraria Quaresma.
- ▶ QUEIRÓS, Eça de. (2000) "Literatura de Natal" In: QUEIRÓS, Eça de. *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- ▶ QUENTAL, Antero de. (2003) *Tesouro Poético da Infância*. Lisboa: Dom Quixote.
- ▶ ROCHA, Natércia. (1984) *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1 ed.
- ▶ SÁ, Domingos Guimarães de. *A Literatura Infantil em Portugal*. Braga: Ed. Franciscana, 1981.
- ▶ TENGARRINHA, José. (1989) *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2 ed.
- ▶ TRAÇA, Maria Amália. (1992) *O Fio da Memória. Do Conto Popular ao Conto para Crianças*. Porto: Porto Editora.

- ▶ VALE, Perpétua do. "Impressões de Leitura". In: ALMEIDA, Presciliana Duarte de. *A Mensageira. Revista literaria dedicada á mulher brasileira (1897-1900)*. Edição fac-similar, v.1 e 2. co-edição da Secretaria de Estado de Cultura e Imprensa Oficial do Estado. Convênio IMESP/DAESP, São Paulo.
- ▶ VARGUES, Isabel Nobre. "História da História do Jornalismo em Portugal no século XX: uma primeira abordagem In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) (2003) *Portugal-Brasil – uma visão interdisciplinar do século XX*. Coimbra: Quarteto Editora: 199 -210.
- ▶ VELOSO, Rui Marques. (1994) "Breve Resenha Diacrônica da Literatura Infantil até Aquilino Ribeiro" In: VELOSO, Rui Marques. *A obra de Aquilino Ribeiro para crianças – imaginário e escrita*. Porto: Porto Editora; p. 47-51.
- ▶ VERÍSSIMO, José. (1985) *A Educação Nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- ▶ VERÍSSIMO, José. (1903) "Que liam nossos avós?" In: *Almanaque Brasileiro Garnier. 1903-1914*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Garnier, v.1.
- ▶ VIEIRA, Adelina Lopes & Julia Lopes de Almeida (1891). *Contos Infantis em Verso e Prosa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fluminense